

PERSPECTIVAS PARA UMA CRÍTICA CULTURAL NO PPGCC/DEDC/UNEB

Ari Lima¹

Resumo: Em um primeiro momento, proponho a apresentação de algumas questões e provocações em relação às perspectivas do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (PPGCC). Neste caso, vou partir dos termos que definiram e dos termos que têm definido a atuação do PPGCC ao longo dos últimos 10 anos. Em seguida, meu exercício crítico se fará no sentido de evidenciar um esforço de coerência e aderência entre a área de formação — a Antropologia Social — que determinou minha inserção no quadro de professores da UNEB e do PPGCC e as áreas das Letras, da História e o próprio PPGCC. Por fim, em um terceiro momento, meu exercício crítico se fará no sentido de evidenciar o impacto do debate sobre o conceito de cultura e seus correlatos, assim como evidenciar o impacto do debate sobre a constituição de diferença e identidade social no mundo moderno e/ou pós-moderno no meu trabalho e naqueles realizados por meus orientandos e ex-orientandos de graduação e pós-graduação.

Palavras-Chave: Crítica. Cultura. Pesquisa. Pós-Graduação.

Antes de tudo, gostaria de confessar que, sem pretender desmerecer a proposição deste seminário e o esforço de seus coordenadores, senti um grande desconforto teórico, metodológico e epistemológico em relação aos termos em que o mesmo foi proposto, assim como em relação às sugestões de reflexão e debate. Sinceramente, compreendo que esses termos, essas sugestões não contemplam plenamente os dilemas fundamentais que temos enfrentado no trabalho em sala de aula, nos percursos acadêmicos de nossos orientandos, nos percursos das suas e das nossas atividades de pesquisa. Nesse sentido, proponho algumas questões sobre as perspectivas do próprio Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (PPGCC), sobre a minha atuação no mesmo, desde a primeira hora, e sobre a crítica cultural. Tal como

¹ Prof. Titular Pleno do Campus II/UNEB. Prof. Permanente do PPGCC/ Campus II/ UNEB.

sabemos todos, desde o momento inicial da sua implantação e reconhecimento pela agência CAPES, o PPGCC surgiu vinculado à área da Linguística e Literatura ao mesmo tempo em que tem um perfil interdisciplinar, formula debates de interesse interdisciplinar em suas duas Linhas de Pesquisa e tem um corpo docente e discente interdisciplinar. É como se o Pós-Crítica reatualizasse uma perspectiva que caracterizou o Brasil até as primeiras décadas do século XX, quando então não tínhamos universidades e os doutos — engenheiros, médicos e advogados —, membros brancos ou embranquecidos da elite escravocrata e colonial, formados em Portugal ou em uma ou outra Escola de Medicina, de Direito ou Politécnica, sem a possibilidade ou vocação para o exercício profissional, se encarregavam de pensar sobre o presente e o futuro do Brasil no âmbito das Letras e Literatura. É vasta a produção aparentemente séria que não teve, entretanto, qualquer impacto na reversão da realidade social injusta, violenta e excludente do Brasil. Alguns eram doutos bem intencionados, mas também *bruzundangas*² que não conseguiram ir além do *triste fim de Policarmo Quaresma*³, personagens concebidos pelo escritor Lima Barreto, ele próprio com estudos interrompidos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1903. Pergunto-me, portanto, o que é crítica cultural no PPGCC? Qual é a perspectiva crítica que lhe define, lhe distingue ou lhe confunde com as perspectivas de áreas afins? Em que medida mais do que reproduzir uma tradição de pensamento e crítica europeia moderna, tardiamente moderna ou pós-moderna, repetir termos, categorias e conceitos-chave, de perseguir os critérios de excelência acadêmica e intelectual das grandes universidades europeias e norte-americanas ou dos programas de Pós-Graduação de referência no Brasil que tomam essas universidades como espelhos, o PPGCC tem sido capaz de conduzir sujeitos periféricos, oriundos de um sistema de educação falido que os habilita insatisfatoriamente para a reflexão, tanto quanto para o domínio da língua portuguesa como instrumento de descrição e crítica da realidade social e histórica? A que se propõe de fato a crítica cultural do PPGCC? Por

² BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985.

³ BARRETO, Afonso Henriques Lima. *Triste fim de Policarmo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

que temos repetido anualmente, desde o processo seletivo de candidatos, conflitos na formulação de decisões e encaminhamentos, indicando, a meu ver, dúvidas em relação ao que seja a crítica cultural e políticas definidoras do PPGCC? É fato que nos deparamos com dificuldades cotidianas que emperram a produção de conhecimento inovador e qualificado. O investimento e a compreensão da importância da produção de conhecimento científico por parte dos nossos gestores é limitada. Os recursos materiais disponíveis são precários, mas também a gestão ineficaz dos recursos humanos e materiais disponíveis travam o amadurecimento de uma política para a pós-graduação na UNEB. Parece-me inadmissível, por exemplo, que estejamos vinculados a um departamento que oferece um curso de Inglês e Francês e tenhamos pós-graduandos egressos que não leem, não falam, muito menos escrevem em língua estrangeira.

É importante lembrar que minha atuação disciplinar no PPGCC tem se dado através da condição de antropólogo bissexto que propõe um viés de reflexão e pesquisa interdisciplinar, primeiro, como professor e orientador de pesquisa nas graduações de Letras Vernáculas e História e, em seguida, como professor e orientador de pós-graduandos egressos das áreas de Letras, História, Pedagogia, Museologia, Sociologia, Comunicação Social ou Saúde Coletiva no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Nesse sentido, tenho feito um esforço de coerência e diálogo em relação ao campo disciplinar — a Antropologia Social — que determinou minha inserção no quadro de professores da UNEB e do PPGCC, em relação à reflexão sobre relações raciais e culturas negras, temáticas que definiram minha inserção no campo da Antropologia, e as áreas afins, quais sejam, a Teoria da Literatura, a Linguística e a História.

Por conseguinte, os estudantes de graduação e pós-graduação que orientei até então, desenvolveram pesquisas que tematizam as relações raciais e as culturas negras, mas também cultura popular, música, patrimônio imaterial, religião, violência, gênero e sexualidade. Em todas as disciplinas que ministrei nas graduações ou na pós-graduação da UNEB, sempre fui solicitado a apresentar a Antropologia, o contexto social e

histórico em que a mesma foi constituída, suas questões fundamentais e possibilidades de diálogo e contribuição para o debate e investigação científica nas áreas afins já citadas. De tal modo, o debate sobre o conceito de cultura e seus correlatos, assim como o debate sobre os termos em que se constitui diferença e identidade social no mundo moderno, tardiamente moderno e/ou pós-moderno tem sido fundamental. Considerando as demandas das ementas dos cursos ministrados, do contexto sociocultural e histórico em que atuo, dos estudantes e a perspectiva crítica do meu trabalho como pesquisador, tenho dado maior ênfase ao debate sobre diferença e identidade étnico-racial, embora tenha dedicado atenção também ao debate sobre patrimônio imaterial, tradição e poéticas orais, religião, música afro-brasileira ou sobre aquilo que vagamente se define como cultura popular. Além disso, tem sido importante a reflexão em sala de aula e com orientandos sobre aspectos metodológicos e epistemológicos que dizem respeito ao fazer antropológico.

Ou seja, no caso dos estudantes de História o debate sobre a possibilidade de produção de conhecimento, privilegiando o fluxo da experiência no espaço socialmente instituído ou mesmo em uma experiência temporal descontínua, menos positivista, é um contraponto em relação ao modo como se privilegia a produção de conhecimento pelo historiador, bastante orientado pelo recorte temporal preciso, contínuo e validado em fontes documentais. No caso das Letras, a ênfase no modo como o sentido costuma ser ideologicamente estruturado através dos conceitos, dos processos de categorização da realidade, das práticas sociais, de um senso estético e valores sociais consensuais, mutáveis no tempo e no espaço, são importantes de modo a indicar a língua e a linguagem como uma experiência social, cultural e histórica descritível e suscetível à crítica.

Além disso, sem pretender fazer proselitismo e assim converter meus interlocutores estudantes e/ou orientandos a acatarem as minhas escolhas voluntárias ou involuntárias, o modo como estou inserido na sociedade, na cultura, na história ou no universo acadêmico, tenho

procurado chamar atenção ao fato de que o fazer científico é pautado por aquilo que condiciona e sutura o sujeito que o produz. Ou seja, o método, as referências teóricas são obediência a uma série de prescrições disciplinares definidas ao longo do tempo, fundamentadas em experiências e verdades consensuais, mas seu grau de acerto é relativo, uma vez que depende de variáveis que não são universais nem contínuas no tempo e no espaço. Essas variáveis dizem respeito, por exemplo, às possibilidades de ouvir, ver, sentir, quantificar e qualificar do sujeito de conhecimento, que em um momento foi um crente fervoroso, em outro momento um ateu ou agnóstico e hoje pode ser um crente e um crítico da ciência e da fé. Enfim, um sujeito que defende estatutos de verdade, às vezes incompatíveis, outras vezes complementares. Aliás, tomo, como exemplo, as variáveis fundamentais que constituíram o pensamento acadêmico-científico no Brasil. Nesse caso, predominou um sujeito de conhecimento determinado pela mentalidade colonial, pela experiência da inserção social e histórica masculina, branca, heterossexual e cristã. De tal modo que para Carvalho⁴ (2005-2006, p. 92).

Podemos falar aqui, para não esvaziar a palavra ‘racismo’, de uma situação de confinamento racial vivida por nós, docentes das universidades públicas brasileiras. Se não somos diretamente responsáveis por essa exclusão, nem nos sentimos coniventes com a sua reprodução, então admitamos, pelo menos, para iniciar uma reflexão crítica, que temos sido forçados a desenvolver nossas atividades dentro de um regime de confinamento racial que herdamos das gerações passadas de acadêmicos. [...] Se juntamos todos os professores de algumas das principais universidades de pesquisa do país (por exemplo, USP, UFRJ, Unicamp, UnB, UFRGS, UFSCAR e UFMG), teremos um contingente de aproximadamente 18.400 acadêmicos, a maioria dos quais com doutorado. Esse universo está racialmente dividido entre 18.330 brancos e 70 negros; ou seja, 99,6% de docentes brancos e 0,4% de docentes negros (não temos ainda um único docente indígena). [...] Isso significa que foi possível criar no Brasil, por mais de meio século,

⁴ CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP. Racismo I*. São Paulo: USP, 68, dez. jan. fev., 2005-2006. p. 88-103.

instituições de ensino autocontidas e segregadas, e que simultaneamente não estivessem desobedecendo a nenhuma lei nacional que proibisse a segregação racial.

No meu caso pessoal, um professor e pesquisador negro, homossexual e candomblecista, com uma trajetória acadêmica emblemática⁵, tenho me esforçado no sentido de não apenas propor, mas também colocar minha presença e atuação acadêmica, fora e dentro da sala de aula, como contrafação à tradição do pensamento acadêmico-científico brasileiro hegemônico, evidenciando a desvinculação de uma suposta neutralidade axiológica.

Ademais, meu exercício crítico se faz no sentido de evidenciar o impacto do debate sobre o conceito de cultura e seus correlatos, assim como evidenciar o impacto do debate sobre a constituição de diferença e identidade social no mundo moderno, tardiamente moderno e/ou pós-moderno no meu trabalho e naqueles realizados por meus orientandos e ex-orientandos de graduação e pós-graduação e, por conseguinte, problematizar até que ponto nossos trabalhos promovem aderência, pouca aderência ou nenhuma aderência ao que me parece ser a perspectiva de reflexão, de crítica e pesquisa do PPGCC da UNEB.

Os orientandos com os quais tenho trabalhado, em sua maioria, têm refletido sobre temáticas relacionadas ao negro, sobre seu lento e tardio processo de integração à sociedade brasileira moderna, pós-escravocrata e racialmente desigual. Os casos de estudos desses orientandos reincidentem em temáticas e universos socioculturais importantes para os negros, no que diz respeito à possibilidade de permanência de vínculos ancestrais ou comunitários, ao enfrentamento coletivo da experiência da subordinação e exclusão racial generalizada, à garantia de alguma integridade moral e psíquica em uma realidade tão

⁵ A propósito ver CARVALHO, José Jorge. *Inclusão étnica e racial no Brasil*. A questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005; LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação da inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. *Afro-Ásia*, Salvador: v.25/26, 2001. p. 281-312 e SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negos, educação e ações afirmativas*. 2007, 555 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

adversa e violenta. De um modo geral, sempre conduzo meus orientandos no sentido de potencializar as ferramentas teóricas e metodológicas que adquiriram em áreas afins, na Literatura Comparada. Do mesmo modo, sugiro o uso das ferramentas teóricas e metodológicas disponibilizadas ao longo do processo de consolidação da Antropologia como ciência social. Dessa forma, eles aguçam suas habilidades para observação e crítica da realidade social, assim como aguçam a observação, a auto-observação e crítica de sujeitos de pesquisa e da condição contextual de pesquisador.

Isso tem nos permitido avançar, por exemplo, no que diz respeito à melhor compreensão das vicissitudes das comunidades quilombolas na Bahia, multifacetadas na maneira em que constituem ou reconstituem memória ancestral e quilombola ou na maneira como se reapropriam de identidade negra ou de símbolos e práticas culturais vicinais como o samba ou o candomblé. Outro aspecto importante tem sido a compreensão das vicissitudes das relações de gênero ou o impacto da modernidade e de processos de modernização em contextos rurais ou semiurbanos. Nesse caso, é recorrente o relato de orientandos negros e negras que manifestam a expansão no modo como compreendiam a condição negra dos seus sujeitos de pesquisa e de si mesmos, durante o processo de construção e execução de seus respectivos projetos de pesquisa.

Melhor dizendo, esses trabalhos têm revelado que, embora os excluídos apresentem lapsos de memória, demonstrem várias vezes um desinteresse em guardar lembranças sofridas, eles também não se esquecem de tudo, justapõem as boas às más lembranças e redimensionam demandas postas de fora para dentro ou de cima para baixo, assim como demandas e experiências elaboradas e transmitidas por gerações anteriores de aliados e algozes. Fazem isso de tal modo que o enfrentamento político e moral, as contrafações à ordem sociocultural e histórica dominante se apresentam frequentemente em narrativas, falas, textos, performances míticas e mistificadas, em temporalidades e

espacialidades sobrepostas ou como diria Leda Martins⁶ (1997, p. 146-147), são falas, textos, narrativas, performances acionados como “um estilete da memória curvilínea”, quando “a dicção da oralidade e a letra da escritura se entrelaçam, trançando o texto da história e da narrativa mitopoética” de modo que a narrativa histórica aparece repleta de lacunas de memória, não linear, espiralada, contada porque vivenciada. Ou seja, as narrativas, as falas, os textos, as performances inventam tradição histórica (HOBSBAWN, 1984)⁷, mas também produzem verdade histórica quando evidenciam o valor social daqueles que testemunham e da cadeia de transmissão individual e coletiva à qual fazem parte (BÂ, 1982)⁸.

Dessa maneira, os resultados ou conclusões provisórias desses trabalhos apontam para algum impacto, sobre esses excluídos, do discurso dos direitos universais do homem, do discurso do vínculo ao estado-nação através da comunhão de noções básicas de cidadania, de símbolos de identidade de nação e povo brasileiro, do discurso de afirmação de diferença e identidade do ativismo negro. Ao mesmo tempo, apontam para o alcance limitado desses mesmos discursos, uma vez que, idealizados, são transcendidos pelas urgências cotidianas definidas por aquilo que já se perdeu e não é possível recuperar ou por aquilo que é possível salvaguardar na medida da sua funcionalidade e intervenção sobre a realidade mítica, mística e supraterritorial. É como se os excluídos se sentissem, em profundidade, desgarrados no espaço e no tempo sociais, porém, por outro lado, continuassem a acreditar em algo transcendente revelado através da própria experiência da tragédia do estado-nação brasileiro.

⁶ MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória*. São Paulo/ Belo Horizonte: Perspectiva/ Maza Edições, 1997.

⁷ HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In HOBSBAWN, Eric & RANGER, T (eds.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

⁸ BÂ, Hampâté Amadou. A tradição viva. In KI-ZERBO, J. *História Geral da África, I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo, UNESCO, 1982. p. 181-218.

Além das atividades como docente no âmbito do Pós-Crítica, para os próximos três anos, continuarei desenvolvendo o projeto de pesquisa *Por uma nova história escrita, falada e cantada do Candomblé Angola na Bahia*⁹. É o trabalho mais difícil que já propus executar. Parto da constatação de que, no que diz respeito aos estudos sobre religião afro-brasileira, a literatura específica, seja na área da Sociologia, História e, sobretudo, Antropologia, privilegiou o estudo da tradição religiosa denominada Candomblé Ketu, constituído na Bahia, entre o final do século XVIII e o século XIX, por africanos iorubás e seus descendentes. A defesa do Ketu como modelo cultural, teológico e ritualístico fundamental está presente em discursos “êmicos” — elaborados pelo senso comum — e “éticos” — produzidos por autores clássicos dos estudos sobre religião afro-brasileira —, tal qual o pioneiro Raimundo Nina Rodrigues, no final do século XX, seus seguidores Arthur Ramos e Edison Carneiro nos anos 1940 ou pesquisadores estrangeiros importantes como Ruth Landes nos anos 1930, Pierre Verger e Roger Bastide nos anos 1960. Tal perspectiva crítica implicou, a meu ver, em erros de interpretação históricos, teológicos e socioantropológicos assim como em preconceitos contra outros candomblés simultâneos — alguns já extintos —, em particular, o Candomblé Angola, constituído por africanos bantos e descendentes. Logo, o referido projeto pretende ampliar a compreensão sobre a história e tradição do Candomblé Angola na Bahia, tomando como ponto de partida a releitura e revisão de discursos “êmicos” e “éticos”, a releitura de dados históricos disponíveis em arquivos sobre as práticas religiosas bantas, a memória oral, cantos e narrativas dos Angola, em geral, e em particular dos fundadores e continuadores da tradição religiosa Angolão Paquetan, radicada em Salvador, Bahia.

Também para os próximos três anos, pretendo me debruçar sobre os dados da minha pesquisa de pós-doutorado realizada entre julho de 2018 e julho de 2019 em Paris, quando estive vinculado à École des Hautes

⁹ Ver LIMA, Ari. Sobre sincretismo e pureza. Uma perspectiva do Candomblé Angola. *Tabuleiro de Letras*. Salvador, vol. 14, n. 1, jan-jun, 2020. p. 8-19.

Études en Sciences Sociales (EHESS)¹⁰. Nesse caso, executei o projeto “*La condition noire*” e *relações étnico-raciais em Paris* que propôs compreender e problematizar a presença africana e negra nesta cidade. Propus estabelecer continuidade com o trabalho e o debate que empreendi sobre a mesma questão no Brasil, contribuir para a compreensão e problematização da presença afro-diaspórica no Ocidente, compreender, descrever e problematizar as possíveis equivalências, mas também incongruências no que diz respeito às relações étnico-raciais e constituição de culturas negras em dois contextos nacionais de feição universalista e assimilacionista ao mesmo tempo em que são orientados, em intensidades distintas, por uma perspectiva diferencialista no que diz respeito à presença e constituição de uma “condição negra”¹¹ (NDIAYE, 2006).

Para concluir, no que diz respeito à aderência da minha trajetória e produção acadêmico-científica ao que sugere ser a perspectiva da crítica cultural no PPGCC, por um lado, afirmo que ela existe e se configura nas minhas escolhas temáticas, nas minhas orientações teóricas, metodológicas e epistemológicas. Porém, me pergunto, por outro lado, e, às vezes, me respondo que essas não são escolhas fortes que justifiquem tal aderência e, sim, escolhas que me aproximam e me afastam simultaneamente da Sociologia, da Comunicação Social, da Antropologia Social, da História e também das Letras, da Linguística e Literatura. Tendo a achar que minha aderência ao PPGCC e às Letras se justifica porque minha aderência é duvidosa em relação a todas as outras áreas de conhecimento nas quais transitei. Tendo também a considerar que a “crítica cultural” não é um campo disciplinar específico, muito menos propõe um debate original, uma vez que o conceito de cultura e sua crítica foram inventados no final do século XIX pelos pioneiros da Antropologia e, depois disso, reinventados, seguidas vezes, pela própria Antropologia e

¹⁰ Ver LIMA, Ari. Narrativas e memórias sobre a condição negra em Paris. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*. Dossiê memória, narrativa e patrimônio. Salvador, v. 5, n. 14, mai-ago, 2020. p. 627-647.

¹¹ NDIAYE, Pap. *La condition noire. Essai sur une minorité française*. Paris, Éditions Calmann-Lévy, 2008.

por várias outras disciplinas que se apropriaram deste conceito a partir de conveniências teóricas, ideológicas, históricas e sociais. Desse modo, diria, provisoriamente, que a “Crítica Cultural” propõe apenas uma plataforma de debates nova, mas também curiosa e até confusa, para as Ciências Humanas e Sociais no Brasil.